

**CEDI**

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo

Class.: 22

Data: 20 de setembro de 1988

Pg.: \_\_\_\_\_

# Plano de meio ambiente satisfaz o BID

**O projeto, avaliado em  
US\$ 8 milhões, prevê  
proteção ao ambiente e  
aos núcleos indígenas**

**MOISÉS RABINOVICI**  
Correspondente

WASHINGTON — Um plano inovador de proteção ao meio ambiente e às comunidades indígenas existentes ao longo da rodovia 364, que liga Porto Velho a Rio Branco, está abrindo o caminho para um acordo entre o Brasil, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e várias poderosas organizações ambientalistas internacionais, em Washington.

O Plano de Ação Definitiva de Proteção ao Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas, PMACI, agradou tanto o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Enrique Iglesias, que ele já previu a liberação de um empréstimo para a conclusão da rodovia 364, que estava bloqueada.

O PMACI foi avaliado em US\$ 8 milhões — 40% financiados pelo BID e 60% pelo governo brasileiro. “É pouco dinheiro”, explica uma fonte da delegação brasileira que apresentou o projeto em Washington, “mas o plano tem uma importância estratégica enorme”.

A mesma fonte acrescenta: “O PMACI é uma experiência pioneira a ser repetida em outros lugares. Ele tem uma abordagem nova para o Brasil: a tentativa de ser um projeto integrado, numa área de 40 mil quilômetros quadrados, cobrindo florestas, assentamentos extrativistas e reservas indígenas”.

O plano estabelece cinco programas. O primeiro, promove o ordenamento territorial, o zoneamento de uma área de 250 mil quilômetros quadrados, no Acre, Amazonas e em Rondônia, por onde passa a rodovia

364. Aqui serão gastos 3% dos recursos.

Os outros são o programa de áreas de proteção de florestas, fiscalização ambiental, educação ambiental e de comunidades indígenas.

“Este plano não é uma iniciativa isolada. Ele está dentro de uma preocupação brasileira, prevista na Constituição, de fazer o zoneamento territorial, com prioridade para a Amazônia”, afirma um dos membros da delegação e acrescenta: “Se quisermos um desenvolvimento sustentado teremos de evitar, aqui, o que aconteceu quando se asfaltou o trecho Vilhena-Porto Velho, na mesma rodovia. Ali vimos a ocupação desordenada, o desmatamento, a pecuária entrando, o fim das atividades tradicionais de seringueiros e da coleta de castanha, a invasão das áreas indígenas”.

O PMACI estabelece o que chama de “assentamentos extrativistas”, com apoio social e infra-estrutura às comunidades que vivem da castanha e da seringueira, procurando mantê-las e desenvolvê-las.

Outra inovação do plano é a criação de florestas nacionais incorporadas a áreas indígenas. “Estamos tentando ver mais longe”, explica uma fonte da delegação brasileira. “As florestas nacionais não poderão ser devastadas nem pelos próprios índios.” As reservas, as florestas nacionais e os assentamentos extrativistas do projeto estão dentro de uma área de quatro milhões de hectares.

O PMACI foi passado pelo presidente Sarney ao presidente do BID, Enrique Iglesias, que o elogiou, publicamente, em Washington, atribuindo-se “o orgulho de tê-lo provocado, ao suspender o empréstimo” por causa de uma série de denúncias sobre a ocupação desordenada na área de influência da BR-364.